

ANÁLISES DE LIVROS

EPILEPSY AND THE FAMILY. RICHARD LECHTENBERG. ISBN 0-674-25897-5. UM VOLUME (14 X 21 CM) COM 254 PÁGINAS. CAMBRIDGE, MASSACHUSETTS, 2002; HARVARD UNIVERSITY PRESS (79 GARDEN STREET, CAMBRIDGE, MASS 02138, USA).

Este autorizado e bem escrito livro trata compreensivamente de todos os aspectos da epilepsia. O autor é professor de neurologia numa escola de medicina nos Estados Unidos e tem um interesse especial em pacientes com epilepsia. Cada capítulo tem informações que neurologistas brasileiros podem usar para tratar melhor os seus pacientes com convulsões. Exemplos: O remédio mais seguro para mulheres grávidas ou lactantes com convulsões é carbamazepina. Ou, os relativamente novos remédios para epilepsia como gabapentina, lamotrigina e topiramato não são mais eficazes do que os outros remédios e as complicações e efeitos adversos no uso durante muitos anos não são conhecidos, além dos seus preços bem mais altos. Professor Lechtenberg inclui de vez em quando notas históricas sobre o tratamento de desordens convulsivas; por exemplo, fenobarbital, o primeiro remédio seguro e eficaz contra convulsões foi descoberto em 1912, mas o segundo remédio seguro, fenitoina não foi descoberto até 1938.

Mas na nossa opinião este livro tem uma limitação que o leitor deve entender. Os pacientes epiléticos que o professor

norte-americano trata não são típicos dos pacientes que um outro neurologista, pediatra, ou médico da família encontra e trata. Em geral, o professor trata pacientes que não obtiveram bons resultados com tratamentos anteriores, ou que têm características especiais. Portanto, a opinião que ele tem do tratamento da epilepsia tem a tendência a ser mais pessimista do que as opiniões dos médicos que são os primeiros a encontrar e tratar pacientes. Também, Dr. Lechtenberg apresenta pacientes com aspectos raríssimos e às vezes ele não indica claramente a raridade do fenômeno. Por exemplo, ele descreve um paciente que teve uma convulsão grande mal cada vez que ele olhava para a esquerda sem virar a cabeça.

Mas, se o leitor identifica estas limitações do livro, este é o melhor volume sobre epilepsia que nós encontramos em várias décadas lendo livros sobre este assunto.

A.H. Chapman
Elza A. Nonato

HARD SCIENCE, HARD CHOICES. FACTS, ETHICS AND POLICIES GUIDING BRAIN SCIENCE TODAY. SANDRA J. ACKERMAN. UM VOLUME (14 X 21 CM) COM 152 PÁGINAS. ISBN 1-932594-02-7. WASHINGTON, DC, 2006; DANA PRESS, 900 15 TH STREET NW, WASHINGTON, DC, 2005, USA).

Este excelente e bem escrito livro trata das controvérsias que as modernas tecnologias de neurociências estão precipitando nos países onde essas tecnologias agora são comuns.

Por exemplo, o fato que uma pessoa vai ter a doença de Huntington pode ser descoberta por FRMI (funcional ressonância magnética imagem). Deve esta informação ficar acessível somente para a pessoa, ou deve ela também ficar acessível à noiva, possível empregador, seguradoras de saúde e outras pessoas que tem um interesse no futuro (com incapacidade e morte ao 20 ou 30 anos no futuro) de tal pessoal?

Em 2005 o caso de Terri Schiavo na Florida, USA foi um assunto divulgado nacionalmente na televisão e nos jornais. Ela sofreu morte cerebral, e os parentes dela ficaram divididos em dois grupos. Um grupo que pensava que os aparelhos que sustentavam a vida dela deveriam ser desligados, e o outro grupo pensava que talvez existisse uma pequena possibilidade de recuperação. Em qualquer dia nos Estados Unidos há mais ou menos 15.000 pessoas nesta situação. Estas decisões envolvem fatores morais, legais, religiosos e sociais. Existe uma pessoa, ou um grupo de pessoas, com o direito de decidir se uma outra pessoa deve ser eliminada, desligando os aparelhos que sustentam a vida? Quem deveria fazer a decisão? O marido de Terri Schiavo, ou os pais, ou os filhos adultos, ou uma tribuna que considerava todos os dados?

Existem agora remédios que aumentam a capacidade dos atletas, e também existem remédios que aumentam durante algumas horas ou dias a capacidade de um estudante em lembrar e mobilizar dados acadêmicos. Estudantes realizando provas de vestibulares ou outras provas importantes devem ter a permissão ou proibição para utilizar tais remédios? Ou como que universidades vão fiscalizar esses estudantes sem invadir as privacidades? E que órgão vai pagar para os caros exames para fiscalizar estas situações?

Neurologistas, psiquiatras, clínicos, advogados, filósofos e outros profissionais estão debatendo tudo isso, em conferências, livros e artigos profissionais e para público geral.

Neurociência também está invadindo o sistema legal nos Estados Unidos. Agora pode ficar determinado se uma pessoa está dizendo a verdade ou mentindo, por FRMI e PET (foton emissão tomografia). Associado com este assunto está o problema de memórias falsas. Uma pessoa com uma memória falsa está dizendo coisas falsas, mas com a convicção que ela está dizendo a verdade, sobre acontecimentos (um ato criminal, por exemplo) que ela viu, devido a distorções nas suas observações ou na sua memória do evento. Devem pessoas acusadas de crimes serem forçados a submeter-se a estes exames? Isso é um problema constitucional nos Estados Unidos desde que a constituição americana claramente estabelece que nenhuma pessoa deve ser